

## **17. INICIATIVAS PÚBLICAS E DA SOCIEDADE CIVIL EM PORTUGAL RELACIONADAS COM A INFOINCLUSÃO E LITERACIA DIGITAL DA POPULAÇÃO ADULTA IDOSA**

**Gil HMPT**

Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Castelo Branco

No ano de 2015, foi aprovada e divulgada a «ENILD - Estratégia Nacional para a Inclusão e Literacia Digitais (2015-2020)» através da definição de políticas que fomentem uma sociedade mais participativa e mais comprometida através de uma apropriação mais extensiva e sistemática das TIC pelos adultos mais idosos, pelos adultos com menores qualificações académicas e profissionais. A sua ação compreende 3 eixos estratégicos: Eixo 1 – Competências Digitais; Eixo 2 – Rede TIC e Sociedade – Rede para a inclusão e literacia digitais; Eixo 3 – Recursos para a inclusão e literacia digitais (FCT, 2017b). Para a ENILD é

importante que sejam incluídas 5 áreas das competências digitais, num vasto conjunto de objetivos que o documento apresenta, realçando-se os seguintes: a) Informação: competências que permitam localizar, identificar, analisar, guardar e organizar informação obtida ou disponível nos meios digitais, de forma crítica, a fim de poderem avaliar a sua relevância. b) Comunicação: permitir a interação com outros indivíduos/instituições públicas ou privadas, assim como, partilhar recursos, informações e conteúdos através das redes digitais com condutas adequadas (netiqueta). c) Criação de conteúdo: produção de conteúdos digitais originais, a sua edição ou reelaboração através da utilização de ferramentas e de plataformas digitais de acordo com regras relacionadas com a proteção de autoria e as respetivas licenças de utilização desses conteúdos digitais. d) Segurança: situações que acautelem a proteção de dados pessoais, a proteção de dispositivos conectados à Internet e ainda a proteção da saúde e do ambiente. e) Resolução de problemas: competências digitais que permitam identificar a necessidade da utilização de recursos digitais no sentido de ser capaz de decidir qual a ferramenta digital mais eficaz para um determinado objetivo ou atividade; ser criativo na utilização das TIC para a resolução de problemas; ser capaz de identificar e de resolver problemas inerentes aos contextos e ambientes digitais; e, por último, ser capaz de reconhecer a necessidade de promover a atualização das suas próprias competências digitais.

A iniciativa mais recente apresentada em Portugal em abril de 2017 a «Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2013 – Portugal INCoDe.2030» no âmbito de uma iniciativa interministerial que reúne as áreas governativas da Modernização Administrativa, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Educação, do Trabalho, do Planeamento e das Infraestruturas e da Economia, e que pretende reforçar as competências básicas em Tecnologias de Informação e Comunicação da população portuguesa, preparando-a para as oportunidades de emprego emergentes e baseadas no digital. Neste âmbito, a iniciativa «Portugal INCoDe.2030» tem como objetivo responder aos desafios de garantir a literacia e a inclusão digitais para o exercício da cidadania; estimular a especialização em tecnologias e aplicações digitais para a qualificação do emprego e uma economia de maior valor acrescentado e produzir novos conhecimentos em cooperação internacional (INCoDe.2030, 2017). De entre o conjunto alargado de medidas que compõem esta iniciativa é importante referir eu há um compromisso no sentido de cada vez mais se generalizar a literacia digital de forma a que se criem condições para um exercício pleno da cidadania e um incremento da inclusão dos cidadãos no seio de uma sociedade em que cada vez mais se vão introduzindo práticas cada vez mais desmaterializadas e onde cada vez mais as interações sociais são mediadas e contextualizadas através da Internet. Para o efeito todas estas medidas estão circunscritas em 5 eixos de ação: Inclusão; Educação; Qualificação; Especialização; Investigação.

A Figura 5 permite ter uma visão generalizada acerca da INCoDe.2030:

	Nível Básico	Nível Intermédio	Nível Profissional	Nível Avançado
INCLUSÃO	EIXO 1: Assegurar a generalização do acesso equitativo às tecnologias digitais a toda a população, para obtenção de informação, comunicação e interação			
EDUCAÇÃO	EIXO 2: Assegurar a educação das camadas mais jovens da população através do estímulo e reforço nos domínios da literacia digital e das competências digitais em todos os ciclos de ensino e de aprendizagem ao longo da vida			
QUALIFICAÇÃO	EIXO 3: Capacitar profissionalmente a população ativa dotando-a dos conhecimentos necessários à integração num mercado de trabalho que depende fortemente de competências digitais			
ESPECIALIZAÇÃO	EIXO 4: Promover a especialização em tecnologias digitais e aplicações para a qualificação do emprego e a criação de maior valor acrescentado na economia			
INVESTIGAÇÃO	EIXO 5: Garantir as condições para a produção de novos conhecimentos e a participação ativa em redes e programas internacionais de I&D			

Figura 5: Representação simplificada da Iniciativa INCoDe.2030.

Como se pode observar é uma iniciativa muito abrangente que pretende abarcar um vasto conjunto de sinergias que seja capaz de colocar Portugal na dianteira e na liderança de políticas digitais através de medidas que venham a capacitar a grande maioria dos cidadãos portugueses de competências digitais no decorrer do período compreendido entre 2017-2030.

### **Iniciativa da sociedade civil para a infoinclusão dos cidadãos mais adultos: As Universidades Seniores/Universidade da Terceira Idade**

Num outro domínio, que se poderá considerar como sendo uma iniciativa que se enquadra mais na dita ‘sociedade civil’ estão as denominadas Universidades Seniores/Universidade de Terceira Idade (UTI). O aparecimento e crescimento ‘logaritmico’ das designadas UTI vêm sendo observados desde o ano de 2000 podendo ser frequentadas por alunos com 50+ anos de idade. O seu crescimento foi tão acentuado e, ao mesmo tempo, tão descentralizado que atualmente todo o território português possui uma UTI. Tal foi o crescimento realizado que se constituiu uma rede nacional que pudesse congrega todas estas UTI. Para o efeito, foi constituída em 2005 a RUTIS (Associação Rede de Universidades da Terceira Idade) que no presente momento possui 305 UTI como membros, 45 000 alunos seniores e 5 000 professores voluntários.

No ano de 2016, dada a importância da RUTIS e das UTI o governo promulgou no Diário da República uma Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2016 de 29 de Novembro de 2016 onde se reconhece o seu papel preponderante e pertinente para a promoção de um mais adequado envelhecimento ativo. De acordo com a RUTIS (2017) tem-se verificado que frequência destas estruturas tem impacto na alteração dos modos de vida, proporcionando benefícios a vários níveis: aumento dos conhecimentos adquiridos, nomeadamente através do aumento da cultura geral e da percepção da melhoria contínua das capacidades de aprendizagem, assim como da promoção de estilos de vida saudáveis, através da prática de exercício físico e de hábitos de alimentação equilibrada.

Os alunos inscrevem-se nas várias disciplinas que são oferecidas em cada das UTI (variam de UTI para UTI) e têm um funcionamento em horário laboral, sendo ministradas por professores em regime de voluntariado. O elenco das disciplinas e atividades compreende as artes, informática, desporto, ciências sociais e humanas, cidadania... porque vai depender dos professores que se voluntariem para lecionar de acordo com as áreas de especialidade de cada um. Ainda de acordo com a RUTIS (2017) as disciplinas mais populares as mais são a informática, a saúde, história, inglês e cidadania. Apesar de não haver um levantamento de informação totalmente fidedigno pode afirmar-se que em praticamente todas as UTI (ou

mesmo em todas) existe pelo menos uma disciplina de informática que, nalgumas UTI, esta disciplina está distribuída por diferentes níveis e/ou conteúdos digitais. Tratando-se de um regime de voluntariado a abordagem é centrada numa educação não formal. Pois, o que se pretende não é valorizar aspetos e atividades de índole intelectual e física restringindo-se apenas à aquisição de conhecimentos. Pelo contrário, há uma forte preocupação em proporcionar contextos que privilegiem a socialização e a manutenção de contactos sociais de forma a que se evite e se reduza o isolamento. Ou seja, há toda uma preocupação centrada numa aprendizagem ao longo da vida que crie sinergias e oportunidades para uma participação cívica ativa, desafiar os adultos mais idosos a perspetivarem projetos futuros conducentes a um aumento da esperança de vida com qualidade e com dignidade.

### **Implicações, propostas, concretizações e desafios... por uma infoinclusão generalizada dos adultos mais idosos**

Apesar de haver uma atenção muito focada relativamente à problemática da infoinclusão dos adultos mais idosos tanto na UE-28 como em Portugal a evolução parece ser muito 'tímida' e demorada. Todos os investigadores na área da Gerontologia são unânimes em referirem que os adultos mais idosos constituem o grupo mais heterogéneo da sociedade. Esta constatação é suportada pelo facto de cada adulto idoso possuir um percurso de vida único em termos pessoais, profissionais, afetivos, económicos, políticos, religiosos... que o tornam 'ímpar' entre os seus 'pares'.

Quando se 'acrescentam' as tecnologias digitais às suas rotinas estas parecem Ester totalmente descontextualizadas pelo facto de terem toda uma história de vida que construíram (familiar e/ou profissional) sem terem tido a necessidade de usar as tecnologias digitais. Quer isto dizer que as tecnologias digitais não foram sentidas como pertinentes nem prioritárias mas... a sociedade hoje é digital. E este facto é 'perigoso' porque lhes faz sentir que as tecnologias digitais são mais adequadas para os jovens do que para eles próprios. Assim sendo, talvez uma estratégia seja a de criar algumas dificuldades junto dos adultos mais idosos que só poderão ser satisfeitas e ultrapassadas através das tecnologias digitais. No entanto, este contexto deve ser criado de forma a que seja prazeroso, que seja rápido e fácil de ultrapassar por todos esses adultos mais idosos e que no final se sintam a sua real mais valia. Neste contexto, deve haver a preocupação em sobrevalorizar a componente humana em detrimento da componente tecnológica. Fazer sentir que as tecnologias estão ao serviço dos indivíduos e não o contrário. Esta desmistificação é fundamental para que as tecnologias digitais possam ir tomando, sem grande resistência, um papel nas rotinas destes cidadãos. Como refere Gil (2013) a utilização das tecnologias digitais deve ser assumida numa atitude colaborativa ao proporcionar e criar espaços que fomentem a comunicação e a interação no sentido de se tornar uma ferramenta adequada e capaz de resolver situações-problema. Do mesmo modo, Páscoa (2016) é de opinião que devam ser estimuladas condições para que os adultos mais idosos possam acompanhar o avanço tecnológico e a realidade das gerações atuais dado que as tecnologias digitais ampliam as possibilidades de relação com o mundo globalizado, permitem o consumo de bens e de serviços, a obtenção da informação e a interação com os restantes indivíduos.

O que se torna importante é, por parte dos especialistas em tecnologias digitais, terem uma atitude proativa junto dos adultos mais idosos tentando antecipar eventuais necessidades que os mesmos possam vir a ter mas... o mais importante é deixar sempre que os adultos mais idosos escolham e decidam qual(ais) tecnologia(s) digital(ais) preferem, necessitam e entendam ser mais adequada(s) para o seu bem-estar e qualidade de vida! A decisão digital será sempre uma decisão do adulto mais idoso!

## Referências

- FCT (2017). Estratégia Nacional para a Inclusão e Literacias Digitais. (Acedido em 03.10.2017: <https://www.fct.pt/dsi/inclusaoacessibilidadeliteraciadigitais/enild>).
- Gil, H. (2013). Ambientes 'Personalizados' de aprendizagem para adultos idosos: a potencial relevância das TIC. In VIII Conferência Internacional das TIC na Educação: Desafios/Challenges 2013: Aprender a qualquer hora e em qualquer lugar, learning anytime and anywhere (pp. 184-191). Braga.
- INCoDe.2030 (2017). Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2013 – Portugal INCoDe.2030. (Acedido em 03.10.2017: <http://www.incode2030.gov.pt/>).
- PÁSCOA, G. (2016). Fatores Socioculturais na Formação ao Longo da Vida: um estudo sobre a aprendizagem das Tecnologias da Informação e da Comunicação em populações 50+. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Política Social. Lisboa: Universidade de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e políticas.
- RUTIS (2017). Associação Rede de Universidades da Terceira Idade. (Acedido em 03.10.2017: <http://www.rutis.pt>)

## 18. AGING IN PLACE: BUILDING A HEALTHY AND FUNCTIONAL ENVIRONMENT

**Kort HSM<sup>ab</sup>**

| a Research center Health and Sustainability, Utrecht University of Applied Sciences | b Unit Building Physics and Services | Eindhoven University of Technology | Nederland

### Abstract

Aging-in-place is the desire of elderly people to stay and live in their house, within a familiar neighborhood, where they have an easy access to community services. Furthermore, aging-in- place supports older people in being independent, having their autonomy and social connections. Aging-in-place can be realized by creating age friendly environments which are conducive to the health and functioning of the elderly. Practitioners and designers need to be aware that designing for aging-in-place is not only about ticking the boxes, but should be about capturing needs and values for older people to age-in-place. Simultaneously they need to consider age-related limitations and transform these needs and values into (indoor) environmental design features.

### Introduction

Aging-in-place refers to growing older in one's own house and community instead of living in residential care. A study by Wiles, et.al., 2011 revealed that older people see aging-in-place as "a sense of attachment or connection and feelings of security and familiarity in relation to both homes and communities" [1]. It is primarily relevant for older people, but the considerations for it start as early as when children leave their parent's homes. Aging-in-place supports older people in being independent and retaining their social connections. Their home is like a jacket; comfortable and supportive of their daily activities. Aging-in-place demands for age friendly (home) environments.

In several countries, including the Netherlands, the policy regarding aging includes provisions to stimulate older people to age-in-place. Aging-in-place is part of the political agenda because on one hand societies are aging and at the other hand the availability of formal cares cannot keep-up with the demand for care. In addition, aging-in place avoids the